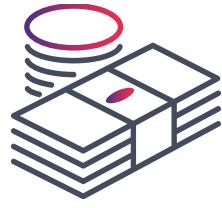




A Reforma Tributária sobre o consumo prevê um período prolongado de transição, estruturado para permitir a migração gradual do sistema atual para o novo modelo. Embora esse desenho busque reduzir rupturas abruptas, ele impõe desafios relevantes às empresas, especialmente em termos de planejamento, governança e gestão de riscos.

## Convivência entre regimes tributários

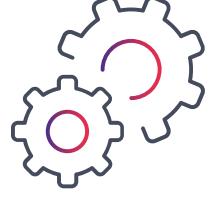


Durante o período de transição, o sistema atual e o novo modelo de tributação sobre o consumo coexistirão. Essa convivência implica:

- Sobreposição de regras e obrigações
- Aumento temporário da complexidade operacional
- Necessidade de controles paralelos e ajustes sistêmicos

A correta gestão dessa fase é essencial para evitar inconsistências fiscais e contingências futuras.

## Redesenho dos benefícios fiscais



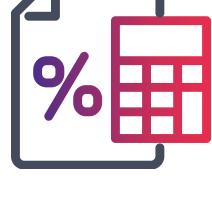
A substituição do ICMS e do ISS pelo IBS, aliada à adoção da tributação no destino, altera profundamente a lógica dos benefícios fiscais atualmente concedidos por Estados e Municípios.

Nesse novo contexto:

- Incentivos baseados na origem tendem a perder eficácia
- Benefícios passam a ter impacto reduzido na arrecadação local
- A previsibilidade e a neutralidade econômica ganham centralidade

Esse redesenho exige reavaliação de projetos estruturados com base em incentivos regionais.

## Enfraquecimento da guerra fiscal



A transição também contribui para o enfraquecimento gradual da guerra fiscal, na medida em que:

- Reduz a competição entre entes federativos por arrecadação
- Diminui distorções na alocação de investimentos
- Reforça a lógica de tributação no destino

Embora o processo seja progressivo, seus efeitos já demandam atenção estratégica das empresas.

## Impactos contratuais e financeiros

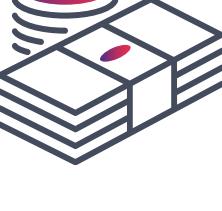


O período de transição afeta diretamente contratos de médio e longo prazo, especialmente aqueles que:

- Preveem benefícios fiscais como elemento econômico central
- Contém cláusulas de reajuste ou repasse tributário
- Estão vinculados a estruturas regionais de operação

A revisão contratual torna-se medida relevante para preservação de equilíbrio econômico-financeiro.

## Governança tributária na transição



A gestão eficiente da transição exige:

- Planejamento tributário estruturado e contínuo
- Revisão de contratos e modelos operacionais
- Adequação de sistemas e processos
- Fortalecimento da governança tributária

A preparação antecipada permite mitigar riscos, assegurar conformidade e identificar oportunidades ao longo do período de convivência entre regimes.